



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **18 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2012

| | |
|---|----|
| O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma veta todas as emendas ao Orçamento e corta R\$ 55 bi VEICULAÇÃO NACIONAL | 1 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma escolheu o meio-termo de R\$ 45 a R\$ 70 bi VEICULAÇÃO NACIONAL | 3 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO Corte no Orçamento mantém aposta em Selic de um dígito VEICULAÇÃO NACIONAL | 4 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO Produtos de informática feitos no País terão preferência nas licitações federais VEICULAÇÃO NACIONAL | 5 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO Para SP, Amazonas quer ter monopólio de tablets VEICULAÇÃO NACIONAL | 6 |
| FOLHA DE SÃO PAULO Para exportar, empresa precisa de até 12 carimbos VEICULAÇÃO NACIONAL | 7 |
| FOLHA DE SÃO PAULO Corte no Orçamento atinge investimento e emendas de políticos VEICULAÇÃO NACIONAL | 9 |
| O GLOBO Eike anuncia que nova fábrica da Foxconn terá sede em Minas Gerais VEICULAÇÃO NACIONAL | 10 |
| TRIBUNA DO NORTE - NATAL Coluna Claudio Humberto VEICULAÇÃO NACIONAL | 11 |
| CONVERGÊNCIA DIGITAL Guerra dos tablets: SP reage e acusa Amazonas de querer 'monopólio' VEICULAÇÃO NACIONAL | 12 |
| ASSESSORIA MDIC Pimentel se reúne com o presidente dos Emirados Árabes Unidos VEICULAÇÃO NACIONAL | 13 |
| ESTADAO.COM Produtos de informática feitos no País terão preferência nas licitações federais VEICULAÇÃO NACIONAL | 14 |
| VALOR Formalização e renda maior aumentam carga tributária VEICULAÇÃO NACIONAL | 15 |
| VALOR Para o Brasil, Rio+20 não é só ambiental VEICULAÇÃO NACIONAL | 17 |
| VALOR Medidas de ajuste poupam mais os ministérios focados em infraestrutura VEICULAÇÃO NACIONAL | 21 |
| VALOR Governo quer que pequenas empresas consigam "selo ético" para exportar VEICULAÇÃO NACIONAL | 23 |
| BRASIL ECONÔMICO-SP Governo corta R\$ 55 bi, extermina emendas,mas tenta preservar PAC VEICULAÇÃO NACIONAL | 24 |
| CORREA NETO SUFRAMA discute Plano Nacional da Cultura Exportadora com Estados da Amazônia Ocidental VEICULAÇÃO NACIONAL | 27 |

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Dilma veta todas as emendas ao Orçamento e corta R\$ 55 bi | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

O governo anunciou um corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento de 2012. Todas as emendas que os parlamentares apresentaram, no total de R\$ 20,3 bilhões, foram bloqueadas, o que pode gerar problemas para a presidente Dilma Rousseff no Congresso em ano eleitoral. A secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, disse que a medida é reversível, mas vai depender de negociações com o governo. Orçamentos de **Ministérios** estratégicos, como Saúde e Educação, caíram R\$ 5,5 bilhões e R\$ 1,9 bilhão, respectivamente. Ainda assim, a ministra Miriam Belchior (Planejamento) insistiu que não houve cortes: "No caso da Saúde, trabalhamos com o valor determinado pela Constituição, e na educação, um pouco além". O contingenciamento eleva os investimentos e permite que haja no fim do ano um superávit primário (economia para pagar juros da dívida) equivalente a R\$ 139,8 bilhões, ou 3,1% do **PIB**

Governo barra emendas do Congresso e corta R\$ 55 bilhões do Orçamento

Bloqueio atingiu R\$ 20,3 bilhões em emendas de parlamentares; objetivo é alcançar um superávit primário de 3,1% do **PIB** neste ano

LU AIKO OTTA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo bloqueou todas as emendas que os parlamentares apresentaram ao Orçamento de 2012, que somam R\$ 20,3 bilhões, comprando uma briga certa com o Congresso Nacional em pleno ano eleitoral. Os parlamentares darão, assim, a maior cota de sacrifício para adequar a previsão de gastos às estimativas de receitas deste ano. No total, o contingenciamento anunciado ontem foi de R\$ 55 bilhões.

Ele cumpre os dois objetivos anunciados pelo governo: aumenta os investimentos e, conforme os números apresentados, permite que as contas públicas cheguem ao fim do ano com superávit primário (economia para pagar juros da dívida) equivalente a R\$ 139,8 bilhões, ou 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para o conjunto do setor público. No caso do **Governo Federal**, a meta é de R\$ 97 bilhões.

Basicamente, o governo fez o Orçamento retornar à proposta enviada ao Legislativo em agosto do ano passado.

As emendas parlamentares são sempre alvo da tesoura do governo no início do ano, mas o bloqueio total foi uma novidade. Questionada se o governo havia "passado a régua" em tudo o que o Congresso havia incluído, a secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, foi categórica: "Passamos."

Ela ressaltou, porém, que a medida é reversível. "Isso vai para negociação pela ministra Ideli", disse, referindo-se à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. "Como ocorre todos os anos, haverá liberações." Isso não deverá servir de consolo a deputados e senadores, pois a negociação com o Planalto é difícil e as verbas só saem às vésperas de votações **importantes**, após muita pressão.

Saúde e Educação. Por causa do corte radical de emendas, que se concentram em investimentos, orçamentos de **Ministérios** considerados estratégicos, como Saúde e Educação, caíram R\$ 5,5 bilhões e R\$ 1,9 bilhão, respectivamente, em relação ao valor aprovado no Congresso.

Ainda assim, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, insistiu que não houve cortes. "No caso da Saúde, trabalhamos com o valor determinado pela Constituição e na educação, um pouco além", afirmou.

"Não estamos cortando em relação ao que estava previsto inicialmente." Entre as despesas chamadas discricionárias, que são as não obrigatórias, incluindo-se os investimentos, a redução foi de R\$ 35 bilhões. Além dos R\$ 20,3 bilhões em emendas, foram contingenciados mais cerca de R\$ 15 bilhões que constavam da proposta original do governo. Grosso modo, pode-se dizer que essa é a contribuição efetiva do Executivo ao corte.

No mais, foram reduzidos R\$ 20,5 bilhões das chamadas despesas obrigatórias, graças principalmente a mudanças de parâmetros. Houve, por exemplo, redução de R\$ 7,7 bilhões na previsão de gastos com benefícios previdenciários. Segundo Miriam, isso foi possível, entre outras razões, porque a previsão de crescimento vegetativo dessa despesa foi reduzida de 3,2% para 3,1%. Além disso, o Orçamento previa salário mínimo de R\$ 623, mas o valor foi fixado em R\$ 622.

O governo reduziu também a previsão de gastos com benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e

renda mensal vitalícia em R\$ 1,5 bilhão porque a demanda por esses benefícios caiu. A ministra atribui a queda à redução da extrema pobreza.

Por outro lado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não teve nem um centavo cortado, por isso vai crescer 20,5% ante o valor empenhado (comprometido

com um contrato específico) em 2011. "Nosso objetivo é impulsionar o crescimento econômico", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, acrescentando que o objetivo é crescer 4,5%. "A programação orçamentária privilegia o investimento, que é a locomotiva do crescimento do Brasil."

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Dilma escolheu o meio-termo de R\$ 45 a R\$ 70 bi | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

VERA ROSA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff queria um corte orçamentário menor, mas optou por uma solução "nem tanto ao mar nem tanto à terra". Diante do emaranhado de números, ela foi convencida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que não seria possível cumprir a meta cheia de superávit primário, de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), nem baixar os juros de forma mais acentuada, sem um bloqueio de gastos na faixa de R\$ 55 bilhões.

O argumento usado por Mantega para que Dilma desse o braço a torcer foi o de que era melhor mostrar mais rigor fiscal agora, diante da crise internacional, para afrouxar depois. O Palácio do Planalto avalia que, na prática, a

tesourada pode ser menor, como ocorreu no ano passado, quando o corte anunciado foi de R\$ 50 bilhões, mas acabou ficando na casa dos R\$ 30 bilhões.

Ao bater o martelo sobre o meio-termo sugerido por Mantega, porém, a presidente quis evitar os extremos. Eram duas correntes puxando a corda no governo: de um lado, a Casa Civil, o Planejamento e a seara política, que julgavam ser possível um bloqueio orçamentário de R\$ 45 bilhões a, no máximo, R\$ 50 bilhões. De outro, a equipe econômica, que falava em R\$ 60 bilhões e até mesmo em R\$ 70 bilhões, cifra defendida pelo Tesouro Nacional.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Corte no Orçamento mantém aposta em Selic de um dígito | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

MARCIO RODRIGUES - O Estado de S.Paulo

Cenário:

O anúncio do corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento de 2012 ficou abaixo dos R\$ 60 bilhões considerados necessários pelo **mercado** para o cumprimento da meta cheia de superávit primário. No entanto, o **mercado** futuro de juros não abandonou a aposta de que a taxa Selic cairá até o patamar de um dígito neste ano. Isso porque, na visão de analistas, a diferença entre o contingenciamento anunciado e o esperado é pequena e pode perfeitamente ser coberta por receitas extraordinárias. E, caso esse quadro se confirme, o BC poderá contar com a economia fiscal de 3,1% do **PIB** para dar prosseguimento a sua estratégia de afrouxamento monetário. Considerando também um ambiente externo nervoso e um indicador de inflação favorável, as taxas curtas devolveram prêmios, enquanto as longas permaneceram coladas ao ajuste. Assim, o contrato para janeiro de 2013 ficou em 9,27%, de 9,31% na terça-feira, enquanto de janeiro 2014 indicou 9,69%, de 9,67%. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, salientou, ontem, que o corte no Orçamento abre espaço para a redução da taxa de juros. A forte desaceleração do IGP-10 de janeiro, anunciado ontem cedo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sustenta, por ora, a visão do ministro Mantega, e jogou a favor da queda dos juros futuros de curto prazo. O

IGP-10 subiu 0,04% em fevereiro, taxa inferior à projetada pelo **mercado**.

No **dólar**, o impacto do anúncio do corte no Orçamento não influenciou a formação de preço da moeda. Pelo segundo dia consecutivo, o **dólar** subiu e fechou a R\$ 1,7240 (+0,23%) no balcão, após passar quase toda a jornada em baixa. O **dólar** se firmou em alta no meio da tarde, acompanhando a piora da cena externa e também na expectativa da entrevista do **Ministério** da Fazenda sobre a criação de um comitê técnico para estudar medidas para o **mercado** de derivativos. Pouco antes do fechamento dos **mercados**, o secretário Executivo adjunto da Fazenda, Dyogo Oliveira, disse que, a formação dos grupos está em linha com orientações internacionais, do G20, e não há nenhuma medida nova em análise para este **mercado** dentro do governo.

Refém do vencimento de índice futuro, a Bovespa trabalhou descolada de Nova York, onde as bolsas encerraram no vermelho. O Ibovespa subiu 0,51%, aos 65.368,49 pontos, apesar da queda das ações de Petrobrás e Vale. O giro financeiro totalizou R\$ 19,361 bilhões, inflado pelo exercício de Ibovespa futuro.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Produtos de informática feitos no País terão preferência nas licitações federais | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Governo vai adotar margem de preferência que permitirá pagar um pouco a mais pelos produtos nacionais, em detrimento dos importados

IURI DANTAS / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo vai adotar uma margem de preferência, permitindo o pagamento de valores mais altos a produtores nacionais, nas compras públicas de equipamentos de rede e material de informática, afirmou ontem secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Delfino Natal de Souza.

"A gente vai buscar a proposta mais vantajosa e não necessariamente será pelo melhor preço. Pode representar uma intervenção do Estado", disse. "O nosso objetivo é fortalecer o mercado interno." O governo vem estudando mudanças na Lei de Licitações, à semelhança do que foi feito no setor têxtil, com o objetivo de estimular a inovação tecnológica no País, explicou Delfino.

Somente a União deve gastar em torno de R\$ 130 milhões anuais em compras conjuntas de diversos órgãos federais de equipamentos de rede - com as compras feitas diretamente pelos diversos órgãos, esse número cresce exponencialmente. Ainda não está certo, porém, se a regra valerá para a licitação deste ano, uma vez que o Planejamento quer analisar como a margem será aplicada nas compras de vestuário, afirmou.

"Estamos estudando adoção de margem de preferência. Se não for possível no primeiro semestre, no ano que vem. Já há indústria com significativa posição brasileira para que a gente utilize esse instrumento."

Segundo o secretário, um grupo de estudos capitaneado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) vem preparando a migração de bancos de dados estatais para a computação em nuvem, na qual programas e arquivos podem ser acessados por qualquer computador, sem instalação de software específico. "Diria que é um desafio imenso e é trabalhoso, mas é inevitável: se não fizermos, seremos envolvidos pelo mercado."

Uma forma de desenvolver o mercado de "cloud computing" no Brasil seria por meio de um novo capítulo do Plano Brasil Maior, a política industrial do governo Dilma Rousseff, que estimularia novas tecnologias usando as compras públicas.

"Estamos organizando desde o ano passado o lançamento do Plano Brasil Maior TI, e esperamos tratar desse processo dentro de um incentivo para a indústria, para criar a massa crítica no mercado brasileiro", disse. "Há possibilidade de abrigar grandes datacenters (centros de dados) e, com o uso do poder de compra, poderemos promover essa arrancada."

Antenas. O Governo Federal prepara também uma nova legislação para instalação de antenas e outros equipamentos de infraestrutura da área de telecomunicações, para retirar entraves municipais e estaduais a investimentos do setor, segundo o secretário nacional de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão.

"A parte de antenas é uma seção particular, queremos dinamizar implantação de infraestrutura de telecomunicações. Existem grandes projetos e a concessão de licenças não pode ser um entrave", afirmou.

Segundo o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Fixa e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, o Brasil tem hoje mais de 250 normas municipais e estaduais disciplinando a instalação de antenas, a maioria delas exigindo distância mínima de exposição a ondas eletromagnéticas geradas pelos equipamentos, acima do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A realização da Copa do mundo no País exige o dobro ou triplo de equipamentos de infraestrutura, como antenas, em algumas cidades, citou Levy. Outros problemas seriam a demora na concessão de alvará e a cobrança de taxas por uso de locais públicos por prefeituras, mesmo após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) eliminar essa possibilidade, exemplificou.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Para SP, Amazonas quer ter monopólio de tablets | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Secretário da Fazenda paulista reage a ataque do governo amazonense e diz que apenas ajustou a situação dos equipamentos à legislação em vigor

MARCELO REHDER - O Estado de S.Paulo

Em mais um capítulo da guerra fiscal, o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, disse ontem que o **Amazonas** quer deter o monopólio da **produção** de tablets no Brasil. Para ele, causa indignação a contestação do governo amazonense relativa às normas paulistas que concederam incentivos fiscais à **produção** de tablets no Estado.

"O que o governo amazonense fez foi uma defesa da sua indústria de transformação entre aspas, porque muitas vezes é mera maquiagem, com o intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista", afirmou Calabi ao Estado. A taiwanesa Foxconn, montadora de produtos Apple, por exemplo, instalou uma fábrica em Jundiá, interior paulista, para produzir tablets.

Calabi alega que São Paulo já tinha uma diferenciação tributária para equipamentos de informática e simplesmente ajustou, em agosto do ano passado, a classificação fiscal dos tablets à legislação em vigor. "Não foram concedidos novos benefícios, mas tão somente mantidos os já existentes para o setor de bens de informática."

Como resposta, o governo do **Amazonas** acusou São Paulo de promover guerra fiscal e entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo amazonense argumenta que os incentivos fiscais concedidos por São Paulo para a **produção** de tablets resultaram em abatimento total do Imposto sobre Circulação

de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários da Fazenda de todas as unidades da Federação.

A decisão da administração paulista, segundo o governo do **Amazonas**, teria impacto negativo, sob o argumento de que os produtos fabricados na **Zona Franca de Manaus** são taxados em 12% ao entrar em São Paulo.

O secretário da Fazenda de São Paulo lembra que a **produção** de equipamentos de informática conta com incentivos fiscais concedidos pela União e por todos os Estados em que as indústrias desse setor estão instaladas, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e **Amazonas**. "Foi dado tratamento beneficiado à **produção** de informática em São Paulo para fazer frente aos benefícios concedidos nesses outros Estados", argumenta.

Ainda assim, segundo ele, as empresas instaladas no **Amazonas** têm condição melhor de competitividade. Além do conjunto de benefícios fiscais concedidos à **Zona Franca de Manaus**, os produtos de informática ainda são beneficiados com o chamado "crédito estímulo", que resulta no abatimento de 100% do **ICMS** devido. "Quando esses produtos vêm para São Paulo, os fabricantes declaram crédito de 12% de ICM que eles de fato não pagaram. Isso faz com que o crédito falso de 12% que o **Amazonas** dá para o tablet seja empurrado para São Paulo pagar."

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Para <u>exportar</u>, empresa precisa de até 12 carimbos | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Para exportar seus produtos, empresas brasileiras têm de obter aprovação de até 12 órgãos, além de serem submetidas a mais de cem leis e a 130 encargos. Hoje só 0,4% das firmas são exportadoras. O governo avalia facilitar o processo

Empresa brasileira precisa de até 12 carimbos para conseguir exportar

Além das aprovações oficiais, exportadores têm de superar mais de cem leis e 130 encargos

País tem 19 mil pessoas jurídicas exportadoras, metade do número de importadores; governo cogita facilitar processo

MAELI PRADO

DE BRASÍLIA

CAROLINA MATOS

DE SÃO PAULO

Os exportadores brasileiros está sujeito aos carimbos de aprovação de até 12 órgãos diferentes do governo. Hoje, há mais de cem leis que regem a área no Brasil e 130 impostos e tributos relacionados à atividade.

Nesse cenário, não causa espanto que o país tenha apenas 19,3 mil pessoas jurídicas exportadoras atualmente. Ou seja, 0,4% das 4,5 milhões das pequenas, médias e grandes empresas brasileiras.

No caso de importadores, o número é maior, de 43,5 mil no ano passado, mas ainda representa somente 0,9% do total, de acordo com estudo feito pela AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

"É essencial que o governo brasileiro racionalize o comércio exterior", afirma José Augusto de Castro, presidente da entidade.

"A burocracia é exagerada e as dificuldades acabam inviabilizando nossa atividade", completa.

A quantidade de documentos necessários para vendas de produtos brasileiros a outros países é enorme. Fazem parte da lista itens como os comprovantes de exportações e de embarque, o certificado de origem e a legalização consular,

entre outros (veja os documentos pedidos no alto desta página).

"O Brasil é um dos países em que se leva mais tempo no desembaraço de itens na aduana, seja para a importação de insumos ou para a exportação de produtos. Ficamos com uma média de espera de cinco a sete dias", diz Jorge Zaninetti, sócio do setor tributário do escritório Siqueira Castro Advogados.

Dados do Banco Mundial mostram que o país caiu da 120ª para a 126ª posição em ranking que mede a capacidade de países de facilitar negociações comerciais.

CADASTRO POSITIVO

A solução pode vir de uma medida em estudo no Ministério do Desenvolvimento.

A ideia é preparar um tipo de cadastro positivo dos exportadores, para que empresas bem avaliadas possam pular etapas no processo de desembaraço de mercadoria. Também há um esforço para unificar a legislação do setor.

O Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) afirmou, por meio da sua assessoria de imprensa, que menos de 10% das exportações precisam ter anuência da pasta.

Ressaltou também que no último dia 1º entrou em vigor o Novoex, sistema de registro de exportações que pode ser acessado diretamente na internet, sem instalação de programas adicionais.

A burocracia, entretanto, não é o único problema dos exportadores, de acordo com Luiz Barretto, presidente nacional do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

"A falta de escala também limita. Tem havido mudanças para favorecer que as pequenas empresas exportem. Uma delas foi o aumento do teto do Simples para as exportadoras", diz.

"O valor dobrou e, desde janeiro, passou a ser R\$ 7,2 milhões de faturamento anual, desde que R\$ 3,6 milhões venham de exportações."

AVANÇO

O quadro atual não é bom, mas já foi muito pior, diz Ivan Ramalho, presidente da Abece (Associação das Empresas de **Comércio** Exterior) e ex-secretário-executivo do **Mdic**.

"Antes, tudo era feito integralmente por meio de papéis. Hoje o **exportador** já pode usar o Siscomex [Sistema Integrado de **Comércio** Exterior]", afirma.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Corte no Orçamento atinge investimento e emendas de políticos | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Governo bloqueia projetos propostos pelo Congresso ao rever sua programação de despesas para este ano

Medida reduz gastos em R\$ 55 bilhões para abrir caminho para que o BC continue baixando a taxa básica de juros

SHEILA D'AMORIM

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

Com o argumento de que é preciso abrir espaço para a continuidade da redução dos juros no país e garantir o crescimento da economia este ano, o governo anunciou ontem um corte de R\$ 55 bilhões nas despesas públicas previstas para 2012.

O bloqueio afetou a totalidade das despesas propostas por parlamentares, no valor total de R\$ 20 bilhões, e pelo menos R\$ 5 bilhões em investimentos planejados pelo governo, que a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff havia garantido que seriam preservados.

Ao conter a expansão dos gastos públicos, o objetivo da área econômica do governo é diminuir a pressão sobre a inflação e dar mais espaço para que o Banco Central derrube a taxa básica de juros da economia para o patamar de um dígito nos próximos meses. Hoje ela está em 10,5% ao ano.

Para chegar aos R\$ 55 bilhões, o governo incluiu na conta uma redução de R\$ 20 bilhões na previsão de gastos com benefícios da Previdência Social e outras despesas obrigatórias.

Com isso, o corte efetivo de despesas será de apenas R\$ 35 bilhões, praticamente o mesmo montante anunciado no ano passado.

"A programação orçamentária privilegia o aumento do investimento, que é a locomotiva do crescimento no Brasil", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao anunciar a medida.

Os investimentos propostos por emendas parlamentares tradicionalmente são alvos de bloqueio no início do ano. Na

prática, são projetos com os quais o Palácio do Planalto não tem compromisso e atendem aos interesses políticos dos parlamentares.

O senador Clesio Andrade (sem partido-MG), que deve se filiar ao PMDB no início de março, classificou de "inadmissível" o tamanho do bloqueio das emendas. "É um desapeço ao Legislativo".

Parlamentares governistas afirmam que a insatisfação com o bloqueio das emendas poderá criar problemas para o governo nas próximas votações de projetos de interesse do Palácio do Planalto, especialmente na Câmara dos Deputados.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, enfatizou que o ajuste programado para o Orçamento deste ano levou em conta quatro pilares: crescimento de 4,5%, manutenção dos investimentos prioritários como as obras do **PAC** (Programa de Aceleração do Crescimento), fortalecimento dos programas sociais e garantia de **desenvolvimento** das regiões mais pobres.

Os números, porém, mostram que os **Ministérios** da área social e também aqueles responsáveis por grandes obras não foram poupados.

Para o economista Mansueto Almeida, especialista em contas públicas, o governo terá que recorrer a artifícios contábeis para cumprir a economia anunciada neste ano, como empurrar gastos para o ano seguinte ou exigir que as estatais paguem mais dividendos ao Tesouro.

"O que o governo podia segurar nas despesas da máquina ele já vem segurando, não tem como fazer milagre e cortar muito com o número de **Ministérios** crescendo", afirmou Almeida.

Ele duvida que a redução de R\$ 7,7 bilhões prevista para as despesas da Previdência se confirmará e lembra que previsões semelhantes feitas pelo governo ao anunciar o corte do ano passado não se confirmaram.

Colaboraram NATUZA NERY e LORENNNA RODRIGUES, de Brasília

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Eike anuncia que nova fábrica da Foxconn terá sede em Minas Gerais | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

BNDES teria interesse no negócio. Para ONG, tédio causou suicídios na China

Lino Rodrigues*

lino.rodrigues@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO e PEQUIM. O empresário Eike Batista, dono do grupo EBX e homem mais rico do país, disse ontem que a fábrica de telas sensíveis ao toque que será montada em sociedade com a taiwanesa Foxconn terá sede em Minas Gerais. Segundo ele, que não especificou a cidade, os estudos estão em fase adiantada e, além da EBX e da Foxconn, o **BNDES** mostrou interesse no negócio.

O investimento previsto é de US\$ 2,5 bilhões.

Eike não deu detalhes sobre o montante que será investido pelo que ele chamou de consórcio brasileiro. Mas disse que os brasileiros terão uma participação de 60% no empreendimento. Para ele, os atuais parceiros são suficientes, embora não tenha descartado outros investidores.

- Por enquanto, nós (EBX) e a Foxconn estamos tocando esse negócio. O **BNDES** já disse que quer entrar - afirmou Eike, antes de participar do evento CEO Conference, organizado pelo BTG Pactual para investidores.

Eike contou que na conversa que teve com o diretor-executivo da Apple, Tim Cook, no início do mês, a parceria com a maior fabricante mundial de componentes eletrônicos foi aprovada.

Além de ter ficado feliz com a sociedade, Cook teria dito que, em breve, montará lojas no Brasil.

- Ele (Cook) me disse que ficou muito feliz em saber que estamos fazendo essa parceria com a Foxconn - disse Eike, lembrando que todo o esforço da taiwanesa e de outras multinacionais que estão se instalando no **Brasil** é para fugir das alíquotas de **importação**.

O projeto da Foxconn no Brasil, anunciado no ano passado, prevê US\$ 12,5 bilhões em investimentos no país. No **Brasil** desde 2003, a empresa taiwanesa possui quatro fábricas em território brasileiro e, além da Apple, produz equipamentos para multinacionais como Sony, Nokia e Dell. As telas que serão produzidas na unidade de Minas Gerais, afirmou Eike, não serão destinadas apenas à Apple.

Mas as condições de trabalho nas fábricas chinesas onde iPads e iPhones são produzidos são melhores do que em unidades têxteis e demais instalações na China, segundo uma associação sem fins lucrativos que investiga o assunto. Auret van Heerden, presidente da Fair Labor Association (FLA), não apresentou conclusões imediatas, mas assinalou que tédio e alienação podem ter contribuído para o estresse que levou alguns funcionários da Foxconn ao suicídio.

A FLA estuda as condições de trabalho nos oito maiores fornecedores da Apple na China, após relatos de suicídios, uma explosões e condições de escravidão envolvendo a Foxconn.

Após as primeiras visitas à empresa - que fabrica 70% dos produtos Apple - , Heerden disse que as instalações são de primeira classe e que as condições físicas são bem acima da média.

"Fiquei surpreso ao entrar no pátio da Foxconn, quão tranquilo ele é comparado a uma fábrica de roupas", disse. "Então os problemas não envolvem o ambiente nocivo de uma unidade têxtil.

É mais uma questão de monotonia, tédio e, talvez, alienação." Além da Foxconn, investigadores da FLA - que lida com suicídios na China desde os anos 1990 - visitarão instalações, como de Quanta, Pegatron e Wintek.

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO TRIBUNA DO NORTE - NATAL | EDITORIA | |
| | TÍTULO Coluna Claudio Humberto | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Mais investimentos

O presidente mundial da Samsung SDI, Sangjin Park, esteve com o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira,

e manifestou interesse de produzir baterias para celulares e notebooks no polo de **Manaus**.



VEÍCULO
CONVERGÊNCIA DIGITAL

EDITORIA

TÍTULO

Guerra dos tablets: SP reage e acusa Amazonas de querer 'monopólio'

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A guerra entre São Paulo e Amazonas ganha novos rounds e promete muito disputa no campo jurídico e político. O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, por exemplo, reagiu ao posicionamento do governo amazonense e fez duras críticas. Ele afirmou que o Polo Industrial de Manaus quer deter o monopólio da produção de tablets no Brasil.

Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, publicada nesta quinta-feira, 16/02, Andrea Calabi foi bastante duro ao falar da ação movida pelo governo do Amazonas. "O que o governo amazonense fez foi uma defesa da sua indústria de transformação entre aspas, porque muitas vezes é mera maquiagem, como intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista".

Ainda segundo Calabi, o Estado não concedeu novos benefícios para atrair a indústria de tablets - em especial a Foxconn, que produz os equipamentos da Apple, mas, sim, 'mantidos os já existentes para o setor de informática'. O secretário também observou que a ação do Amazonas também deveria mirar outros estados, entre eles, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná que também se mobilizam para atrair fabricantes com a concessão dos benefícios fiscais.

O embate entre São Paulo e Amazonas começou no meio do ano passado. Esta semana, a Procuradoria da República publicou parecer favorável ao Amazonas. O caso será decidido no Supremo Tribunal Federal, mas ainda não há data para o julgamento da questão.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO ASSESSORIA MDIC | EDITORIA | |
| | TÍTULO PIMentel se reúne com o presidente dos Emirados Árabes Unidos | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Ministro defende investimentos em infraestrutura no Brasil; Xequê Khalifa Bin Zayed Al-Nahyan quer trocas comerciais dez vezes maiores

Abu Dhabi – Emirados Árabes (16 de fevereiro) – O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**, se reuniu na manhã desta quinta-feira (16), em Abu Dhabi, com o presidente dos Emirados Árabes Unidos, xequê Khalifa Bin Zayed Al-Nahyan, com objetivo de fortalecer a relação comercial entre os dois países.

Na ocasião, o ministro lembrou a complementaridade das duas economias e propôs o aumento dos investimentos dos Emirados no Brasil. "Nos próximos anos, haverá muitas oportunidades no setor de infraestrutura, com a concessão de portos, aeroportos e rodovias, além das oportunidades de negócios no setor agroindustrial", disse **PIMentel**.

Na audiência, o príncipe Zayed Al-Nahyan defendeu o aumento do **comércio** Brasil-Emirados Árabes em pelo menos dez vezes nos próximos cinco anos. Em 2011, a corrente de **comércio** bilateral fechou em US\$ 2,64 bilhões, 30% maior do que no ano anterior.

"Nós queremos estabelecer com o **Brasil** uma relação pelo menos igual àquela mantida com **importantes** parceiros, tais como Índia, China, França, Alemanha e Austrália", disse o príncipe. Al-Nahyan ressaltou também o interesse dos Emirados Árabes em atrair turistas brasileiros.

Ainda como parte da missão brasileira, o ministro Fernando **PIMentel** foi o mensageiro de convite da presidenta

da República, Dilma Rousseff, ao presidente dos Emirados Árabes Unidos, xequê Khalifa Bin Zayed Al-Nahyan, para participar da Conferência das Nações Unidas Rio + 20. A conferência, que tem o Meio Ambiente como tema, ocorrerá em junho, no Rio de Janeiro.

PIMentel entregou a carta assinada por Dilma Rousseff ao presidente do Conselho Executivo dos Emirados Árabes Unidos, Mohammed Bin Zayed Al-Nahyan, irmão do xequê, na manhã de hoje, também em Abu Dhabi. Independentemente da presença do xequê, os Emirados Árabes enviarão ao **Brasil** representantes do **Ministério** das Relações Exteriores e do **Ministério** do Meio Ambiente por ocasião da conferência.

Ainda sobre as trocas comerciais entre os dois países, o **Brasil** registrou em 2011 um superávit de US\$ 1,69 bilhão. O país vende, entre outros, açúcar refinado, carne de frango, açúcar de cana, minério de ferro e carne de bovino para os Emirados e compra de lá querosene de aviação, enxofre, gás propano liquefeito, cimentos hidráulicos e uréia.

Além de **PIMentel**, participaram da audiência o ministro Rubens Gama, diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, e o presidente da Câmara de **Comércio** Brasil-Árabe, Salim Taufic Schahin.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO ESTADAO.COM | EDITORIA | |
| | TÍTULO Produtos de informática feitos no País terão preferência nas licitações federais | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Governo vai adotar margem de preferência que permitirá pagar um pouco a mais pelos produtos nacionais, em detrimento dos importados IURI DANTAS / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo vai adotar uma margem de preferência, permitindo o pagamento de valores mais altos a produtores nacionais, nas compras públicas de equipamentos de rede e material de informática, afirmou ontem secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Delfino Natal de Souza.

"A gente vai buscar a proposta mais vantajosa e não necessariamente será pelo melhor preço. Pode representar uma intervenção do Estado", disse. "O nosso objetivo é fortalecer o mercado interno." O governo vem estudando mudanças na Lei de Licitações, à semelhança do que foi feito no setor têxtil, com o objetivo de estimular a inovação tecnológica no País, explicou Delfino.

Somente a União deve gastar em torno de R\$ 130 milhões anuais em compras conjuntas de diversos órgãos federais de equipamentos de rede - com as compras feitas diretamente pelos diversos órgãos, esse número cresce exponencialmente. Ainda não está certo, porém, se a regra valerá para a licitação deste ano, uma vez que o Planejamento quer analisar como a margem será aplicada nas compras de vestuário, afirmou.

"Estamos estudando adoção de margem de preferência. Se não for possível no primeiro semestre, no ano que vem. Já há indústria com significativa posição brasileira para que a gente utilize esse instrumento."

Segundo o secretário, um grupo de estudos capitaneado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) vem preparando a migração de bancos de dados estatais para a computação em nuvem, na qual programas e arquivos podem ser acessados por qualquer computador, sem instalação de software específico. "Diria que é um desafio imenso e é trabalhoso, mas é inevitável: se não fizermos, seremos envolvidos pelo mercado."

Uma forma de desenvolver o mercado de "cloud computing" no Brasil seria por meio de um novo capítulo do

Plano Brasil Maior, a política industrial do governo Dilma Rousseff, que estimularia novas tecnologias usando as compras públicas.

"Estamos organizando desde o ano passado o lançamento do Plano Brasil Maior TI, e esperamos tratar desse processo dentro de um incentivo para a indústria, para criar a massa crítica no mercado brasileiro", disse. "Há possibilidade de abrigar grandes datacenters (centros de dados) e, com o uso do poder de compra, poderemos promover essa arrancada."

Antenas. O Governo Federal prepara também uma nova legislação para instalação de antenas e outros equipamentos de infraestrutura da área de telecomunicações, para retirar entraves municipais e estaduais a investimentos do setor, segundo o secretário nacional de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão.

"A parte de antenas é uma seção particular, queremos dinamizar implantação de infraestrutura de telecomunicações. Existem grandes projetos e a concessão de licenças não pode ser um entrave", afirmou.

Segundo o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Fixa e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, o Brasil tem hoje mais de 250 normas municipais e estaduais disciplinando a instalação de antenas, a maioria delas exigindo distância mínima de exposição a ondas eletromagnéticas geradas pelos equipamentos, acima do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A realização da Copa do mundo no País exige o dobro ou triplo de equipamentos de infraestrutura, como antenas, em algumas cidades, citou Levy. Outros problemas seriam a demora na concessão de alvará e a cobrança de taxas por uso de locais públicos por prefeituras, mesmo após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) eliminar essa possibilidade, exemplificou.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR | EDITORIA | |
| | TÍTULO Formalização e renda maior aumentam carga tributária | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

A carga tributária subiu de 32,72% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 para 33,99% do PIB em 2011, puxada principalmente pela alta expressiva dos impostos ligados à renda, responsável por metade do avanço, segundo estimativas do economista Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e diretor da LCA Consultores. Tributos relacionados à folha de salários e a bens e serviços também contribuíram para a elevação

Renda puxa carga tributária para 34% do PIB

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

A carga tributária subiu de 32,72% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 para 33,99% do PIB em 2011, puxada principalmente pela alta expressiva dos impostos ligados à renda, responsável por metade desse salto, segundo estimativas do economista Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e diretor da LCA Consultores. Também subiram os tributos relacionados à folha de salários e a bens e serviços.

Para Appy, o processo de intensa formalização da economia - tanto de trabalhadores como de empresas - é fundamental para explicar o movimento, assim como os ganhos expressivos de rendimento do trabalho e de lucros das companhias. Ele acredita que a tendência de maior formalização deve continuar nos próximos anos, especialmente no mercado de trabalho, segmento em que a informalidade ainda é grande.

O peso dos impostos sobre a renda subiu de 6,02% do PIB em 2010 para 6,65% no ano passado, e se deu tanto no caso dos tributos ligados à pessoa física quanto à pessoa jurídica (nessa rubrica, há também impostos referentes a não residentes e de outras fontes) No caso do primeiro, passou de 2,3% para 2,46% do PIB. A alta reflete, para Appy, tanto o impacto da maior formalização como do avanço do rendimento. "Há mais gente pagando imposto, e parte delas muda de faixa de renda."

A tributação da renda das empresas também teve um salto significativo, de 2,57% para 2,81% do PIB, ainda que inferior aos 3,23% do PIB de 2008. Entram aí o Imposto de

Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além da alta dos lucros das companhias, Appy diz que há também um processo de formalização das empresas. O ritmo mais forte de crescimento dos últimos anos leva um número maior delas a sair da informalidade, assim como uma fiscalização maior da Receita Federal, avalia.

O especialista em contas públicas Amir Khair nota que parte da alta forte dos impostos ligados à renda das empresas se deve ao bom desempenho da economia em 2010, quando o PIB cresceu 7,5%. Para um grupo de empresas, os bons lucros daquele ano se refletiram em elevado pagamento de tributos no ano passado.

Os impostos que incidem sobre a folha de salários também aumentaram significativamente de 2010 para 2011, passando de 8,55% para 8,83% do PIB. Em 2004, o número era de apenas 7,49% do PIB. Nesse caso, o aumento da formalização do mercado de trabalho tem um grande peso, destaca o economista. Mesmo em 2009, quando houve queda considerável da carga tributária total, um reflexo da desaceleração da economia em função da crise e as desonerações tributárias para combatê-la, a fatia desses tributos como proporção do PIB cresceu.

Em 2004, apenas 43,5% da população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas tinha carteira assinada, número que subiu para 53,6% em 2011. Apesar do aumento forte nos últimos anos, fica claro que ainda há muitos trabalhadores na informalidade, o que explica a aposta de Appy na perspectiva de crescimento da formalização nos próximos anos.

Khair também destaca o avanço da formalização, observando que a massa salarial continuou a ter um crescimento expressivo em 2011, a despeito de o PIB ter crescido provavelmente menos de 3%. A produção industrial ficou estagnada, o varejo perdeu algum fôlego, mas o mercado de trabalho manteve-se robusto, observa.

O economista Sérgio Mendonça, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), tem citado alguns fatores que, além do crescimento mais forte da economia, impulsionam a formalização nos últimos anos.

Para ele, a entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em 2007, também ajudou nesse processo, ao tornar mais barata a contratação de funcionários com carteira por empresas de menor porte.

O fato de a Cofins ter se tornado um imposto não cumulativo em 2003 também contribuiu para o processo, diz Mendonça. Companhias grandes pressionam os fornecedores de menor porte a se formalizar, para ter direito aos créditos tributários, uma vez que o tributo passou a ser cobrado pelo valor agregado.

A arrecadação de impostos ligados a bens e serviços também teve alta significativa. Pulou de 15,89% do **PIB** em 2010 para 16,19% do **PIB** no ano passado. Nessa rubrica, destacam-se o Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Appy explica que estimou os tributos federais com base nos dados de receita administrada, divulgados pela Receita. Os números para o **ICMS** foram projetados com base na variação da receita acumulada de janeiro a novembro. Para os demais tributos, ele considerou crescimento proporcional ao **PIB**. "Ou seja, os dados de 2011 são apenas uma estimativa preliminar."

A carga tributária de 2010 ficou em 32,72% do **PIB**, e não nos 33,56% do **PIB** divulgados no ano passado pela Receita, porque Appy a recalculou com base no novo valor do **PIB** nominal, que saiu depois da divulgação do Fisco.

Nas contas de Appy, o recorde da carga tributária continua sendo o de 2008, de 34,1% do **PIB**. Em 2009, houve uma queda razoável, para 32,58% do **PIB**, refletindo o mau momento da economia - o **PIB** teve queda de 0,3% - e as reduções de alíquotas de impostos para estimular a demanda. Em 2010, a economia deslanchou, com crescimento de 7,5%, mas ainda havia muitas desonerações tributárias em curso, como diz Appy. Khair observa ainda que o mau resultado das empresas em 2009 se refletiu em ganhos de renda mais modestos.

Ele estima um aumento mais forte da carga tributária neste ano, para 34,42% do **PIB**. A diferença se dá porque Appy e Khair avaliam de formas diferentes o impacto das receitas obtidas por meio do Refis, o programa de renegociação de dívidas tributárias.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR | EDITORIA | |
| | TÍTULO Para o Brasil, Rio+20 não é só ambiental | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

A Rio+20 é uma conferência sobre **desenvolvimento** com pilares econômico, social e ambiental. "Não é uma conferência ambiental, é sobre **desenvolvimento** sustentável. Quem está tirando o foco da Rio+20 são eles [os europeus], colocando apenas o pilar ambiental na mesa". As afirmações são do embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do **Brasil** na Rio+20, que acontece em junho. Para ele, está claro o embate entre países ricos e emergentes sobre os limites do crescimento. "O que não se pode aceitar é que os países desenvolvidos considerem que nós temos que repensar o que é padrão de consumo de classe média, e eles não"

Não se pode ter dois padrões de consumo, para país rico e pobre

Por Daniela Chiaretti | De Brasília

O embaixador André Aranha Corrêa do Lago, de 52 anos, é um economista apaixonado por arquitetura e um diplomata que fala direto. "O que não se pode aceitar é que os países desenvolvidos considerem que nós temos que repensar o que é padrão de consumo de classe média, e eles, não", diz, referindo-se às negociações da Rio+20, a conferência das Nações Unidas sobre **Desenvolvimento Sustentável**, em junho, no Rio.

Lago, que serviu nas embaixadas brasileiras em Madri, Praga, Washington, Buenos Aires e na missão brasileira junto à União Europeia, em Bruxelas, diz claramente que a Rio+20 é uma conferência sobre **desenvolvimento** sustentável, com seus pilares econômico, social e ambiental. Não é só frase de efeito. "Os europeus dizem que o **Brasil** está tirando o foco da Rio+20", menciona. Lago não é explícito, mas trata-se de uma referência ao esforço europeu, encabeçado pela França, de aprovar na Rio+20 a criação de uma agência ambiental mundial, ideia que o **Brasil** não apoia. "A Rio+ 20 não é uma conferência ambiental, é sobre **desenvolvimento** sustentável. Quem está tirando o foco da Rio+20 são eles, colocando apenas o pilar ambiental na mesa."

O negociador-chefe do **Brasil** para a Rio+20 diz que os empresários são peças-chave em uma conferência que quer desenhar o **desenvolvimento** do mundo para os próximos 20 anos. E que um dos desafios da Rio+20 é "convencer o empresariado médio e micro que o **desenvolvimento**

sustentável não é agenda apenas de multinacionais gigantes, que têm dinheiro sobrando e que, portanto, podem investir nessas outras dimensões."

Nesta entrevista ao Valor, concedida em seu gabinete no Itamaraty, ele fala dos emergentes, da mudança necessária nos padrões de **produção** e consumo e no papel do Brasil. Leia trechos:

Valor: As pessoas não têm ideia clara do que é a Rio+20. O senhor pode explicar?

André Aranha Corrêa do Lago: A Rio+20 pertence a uma família de conferências das Nações Unidas que só acontece com pouca frequência. São conferências de questionamento geral e trabalham com o longo prazo. A Rio+20 têm várias dimensões, mas sua definição formal é que é uma conferência da ONU que vai reunir todos os países do mundo para debater temas que só são discutidos neste nível de profundidade a cada 10 ou 20 anos. É completamente diferente da conferência de Copenhague (em 2009, na Dinamarca) ou da de Durban (em 2011, na África do Sul), que são as reuniões anuais da negociação de mudança do clima.

Valor: O que pode sair dela?

Lago: Por ser rara e ambiciosa, podem sair daí coisas como na Rio 92 que, no momento em que acontecem a gente não se dá conta do quanto são **importantes**.

Valor: Quais coisas?

Lago: Quando foi assinada a Convenção do Clima, na Rio 92, ninguém podia imaginar que 20 anos depois ela se tornaria a principal negociação econômica no mundo. Mas essas conferências, ao trabalharem com o longo prazo, têm também enorme grau de incerteza. Existem processos que param no meio e outros que inspiram toda uma geração.

Valor: O produto principal da Rio+20 é um documento que pode dizer o quê?

Lago: O produto principal da Rio+20 é reunir todos os países e as melhores mentes das instituições internacionais e repensar o **desenvolvimento** do mundo. Em momentos como o de hoje, quando pensamos no curto prazo - como nas reuniões do G-20, onde todos pensam como será a crise em uma semana, um mês ou um ano -, a grande contribuição da

Rio+20 é pensarmos o que queremos para o longo prazo. É a conferência para tentar determinar qual o nosso objetivo comum para as próximas décadas.

Valor: A Rio+20 tem duas frentes, da economia verde e da governança. Pode explicar?

Lago: Isso são os mandatos. Quando se tem uma conferência das Nações Unidas, todos os países do mundo têm que concordar em qual vai ser a agenda. Não é uma decisão nem das Nações Unidas, nem do país anfitrião. É uma decisão de todos. Neste caso, a decisão foi de que a Rio+20 deveria se concentrar em dois temas: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a governança internacional do desenvolvimento sustentável, ou seja, de que maneira vamos estruturar o debate internacional em torno dessa questão.

Valor: O senhor mencionou outro dia que o "espírito de Estocolmo" está sendo sentido de novo, e de maneira forte, nas negociações da Rio+20. O que quer dizer?

Lago: Quando ocorreu a 1ª conferência ambiental da ONU, em Estocolmo, em 1972, no período preparatório os países em desenvolvimento reagiram muito mal à introdução da questão do ambiente porque interpretavam que era uma deturpação do debate. Que o debate legítimo da ONU, desde os anos 50, era o desenvolvimento. E, graças ao Brasil e há alguns outros em desenvolvimento, caiu a ficha e a questão do ambiente passou a ser ligada diretamente à do desenvolvimento. O consenso foi de que não se podia desligar os dois.

Valor: Mas a participação do Brasil foi esquisita, defendendo o crescimento a qualquer custo...

Lago: Não, isso foi muito mal interpretado naquela época, parecia que o Brasil estava atrapalhando uma agenda progressista. Mas naquele período houve um relatório com grande impacto, do Clube de Roma. Era um clube de grandes empresários e, nesse relatório, havia uma renovação daquelas preocupações malthusianas [economista britânico Thomas Malthus] de que nunca ia haver suficientes recursos naturais para todo mundo.

A solução que as pessoas encontravam era "controle a população dos países em desenvolvimento, porque senão eles vão consumir o que nós precisamos". Isso classifica o mundo em duas categorias, aqueles que já chegaram a um certo nível de consumo e acham legítimo continuar a tê-lo e querem restringir o crescimento dos outros. Isso acabou

mudando. Mas muitos países europeus não se convenceram disso.

Valor: Este espírito voltou nas negociações da Rio+20?

Lago: O espírito pré-Estocolmo é a visão de que o problema do mundo é que tem pobre demais e poucos recursos naturais. Hoje isso está retornando.

Valor: Bom, mas não é verdade que no mundo há pobres demais e recursos naturais de menos?

Lago: Agora a preocupação é outra: os pobres estão virando classe média. E não se achava que isso ia acontecer tão rápido. Entre China, Brasil, Índia e outros países em desenvolvimento estamos botando centenas de milhões de pessoas na classe média. Estas pessoas estão consumindo mais, o que é uma ótima notícia. E também é verdade que isso representa um desafio para o ambiente. Mas a solução não é restringir o consumo só deles. A solução é um esforço mundial para que não haja uma divisão do gênero: a classe média americana pode ter quatro carros e classe média indiana tem que andar de bicicleta.

Valor: A sinalização dos países desenvolvidos é "vocês chegaram à classe média na hora errada?"

Lago: A sinalização é a seguinte: "Nós inventamos esse conceito de classe média meio para a gente. Não é para vocês, não". Isso não é possível. Os países em desenvolvimento, com toda razão, consideram que, é claro que temos todos que nos preocupar com as emissões e as consequências da entrada de milhões de pessoas na classe média mundial. Mas não podemos aceitar que vá haver duas classes médias, duas categorias diferentes.

O que achamos é que os países desenvolvidos, em vez de se preocupar tanto com o que está acontecendo nos países em desenvolvimento, deveriam mostrar o caminho. Isso está já determinado desde o Rio de Janeiro, em 1992. Um dos princípios do Rio é a mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo, com os países desenvolvidos tomando a liderança. Temos que criar uma ideia de classe média que seja atraente o suficiente para europeus e americanos, e atraente o suficiente para indianos e brasileiros.

Valor: Este ponto, na Rio+20, pode ter qual formato?

Lago: Tem que ser uma questão absolutamente chave. Se estamos trabalhando na Rio+20 para os próximos 20 anos, temos que pensar em medidas que teremos que tomar internacionalmente e que tenham impacto para as próximas

duas décadas. A perspectiva é que até lá centenas de milhões de pobres deixarão de ser pobres, o que é uma maravilhosa notícia. Essa visão dramática do mundo tem que ser equilibrada pelo lado positivo do que está acontecendo. Mas temos, sem a menor dúvida, todos, que repensar nossos padrões de consumo. O que não se pode aceitar é que os desenvolvidos considerem que nós temos que repensar o que é padrão de consumo de classe média, e eles, não.

Há um documento, que esperamos aprovar na Rio+20 e que determina essas questões. Temos que mudar e ter consciência de que em um mundo onde teremos bilhões de pessoas de classe média, a ideia do que é o consumo tem que ser mudada. Não podemos ter 7 bilhões de pessoas consumindo como a classe média americana ou italiana.

Valor: O senhor não concorda com a visão "dramática" do mundo.

Lago: Esse alarmismo da falta de recursos naturais vem de Malthus, e a história tem provado que as coisas não são assim. Em 1971 se achava que a população mundial só ia estabilizar em 14 bilhões, mas já sabemos hoje que vai estabilizar em 9 ou 10 bilhões e a partir daí irá cair. E há progresso tecnológico, uma quantidade inimaginável de coisas novas acontecendo.

Valor: Há chance de, na Rio+20, sair uma agência ambiental mundial nos moldes da OMC, para o comércio, ou a OIT, para o trabalho?

Lago: Nós não queremos uma agência ambiental mundial. Essa é a agenda de Estocolmo. Queremos uma agência internacional sobre desenvolvimento sustentável, que trate de maneira equilibrada o econômico, o ambiental e o social. Por outro lado, queremos que seja fortalecido o pilar ambiental no Pnuma, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Mas o que tem que sair do Rio de Janeiro não é o fortalecimento simplesmente do meio ambiente. É o fortalecimento do desenvolvimento sustentável, do tratamento equilibrado entre econômico, ambiental e social. Os europeus dizem que o Brasil está tirando o foco da Rio+20. A Rio+ 20 não é uma conferência ambiental, é sobre desenvolvimento sustentável. Quem está tirando o foco da Rio+20 são eles, colocando apenas o pilar ambiental na mesa.

Valor: Pode sair uma agência sobre desenvolvimento sustentável?

Lago: Este é o objetivo. O fortalecimento da governança internacional de desenvolvimento sustentável.

Mas a forma que esta agência terá... Uma coisa é o que o Brasil quer. A outra é o que 193 países querem.

Valor: O que o Brasil quer?

Lago: O Brasil quer que saia uma coisa ambiciosa, que os 193 países queiram. Mas o Brasil não é um país que declara que quer uma coisa extraordinariamente ambiciosa sabendo que aquilo é impossível. Também não podemos predeterminar a opinião de 193 países. Seria pretensioso e inadequado para o presidente de uma conferência.

Valor: Na proposta brasileira defendia-se que o Ecosoc, o conselho econômico e social que existe na ONU, seja reformulado, fortalecido e acrescido da vertente ambiental. Isso pode acontecer na Rio+20?

Lago: Estão sendo examinadas todas as possibilidades. Os países têm diferentes visões. O público e os políticos, em geral, não têm noção do que é o Ecosoc e para o que serve. Temos que ter uma solução que não só seja efetiva para as Nações Unidas, mas percebida como tal pelos governos nacionais e pela sociedade civil.

Procuramos sempre explicar que precisamos ter resultados significativos na Rio+20 em três dimensões. Na multilateral, das Nações Unidas, com o fortalecimento da ONU, de seus instrumentos e de sua eficiência. Outra é o que pode trazer de impactos sobre o Brasil, que o país seja o líder mundial na luta do desenvolvimento sustentável. A terceira dimensão é a sociedade civil aceitar e se envolver nessa agenda, o setor empresarial, os trabalhadores, as ONGs, a Ciência. Toda a sociedade civil mundial tem que acreditar que esta é a agenda que deseja para os próximos 20 anos.

Valor: Como os empresários podem aproveitar a Rio+20?

Lago: Os empresários são absolutamente chave na Rio+20. A conferência vai tratar de um assunto caro a eles, que é o longo prazo. O empresariado precisa de segurança com relação ao longo prazo. Na Rio 92 quem apoiava o desenvolvimento sustentável era muito ligado a uma visão idealista do mundo. Eram grandes líderes empresariais convictos de que a dimensão ambiental e social era chave. Nos últimos 20 anos apareceram milhares de exemplos de empresas que ao darem atenção à dimensão social e ambiental, ao lado da econômica, naturalmente, cresceram mais, se fortaleceram, ganharam mais mercado. Um passo importante na Rio+20 é convencer o empresariado médio e micro que o desenvolvimento sustentável não é agenda apenas de multinacionais gigantes, que têm dinheiro sobrando

e que, portanto, podem investir nessas outras dimensões. O Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] assinou um convênio com a organização da Rio+20, e isso é uma sinalização internacional de que a entidade que, no Brasil, reúne as pequenas e micro empresas acredita na agenda da sustentabilidade.

Valor: O senhor fala que é importante trazer os mecanismos financeiros internacionais tipo Banco Mundial, BID e FMI para este debate. O que o senhor imagina?

Lago: Se nós estamos pensando em uma entidade - não vamos dar nome à agência, conselho, porque não houve acordo sobre isso - multilateral que vai assegurar que desenvolvimento sustentável seja o paradigma do desenvolvimento mundial, é evidente que essa entidade tem que envolver o Banco Mundial, o FMI, a OMC. Esses organismos são da estrutura das Nações Unidas, mas sua estrutura de funcionamento é muito diferente. Temos que assegurar que esses organismos também sejam defensores do desenvolvimento sustentável.

Valor: Como os EUA estão se comportando com relação à Rio+20?

Lago: Os EUA têm sido muito construtivos. O grande papel que o Brasil pode ter é justamente de, tendo conhecimento das dificuldades que países como os EUA, Alemanha ou Indonésia têm no tratamento de certas questões, conseguir um resultado com o qual esses países possam concordar. Não é nenhuma vitória propor algo que não será consenso e não será aprovado.

Valor: Mas assim não se enfraquece a conferência?

Lago: Há um certo cansaço que existe do público com relação à capacidade da ONU de conseguir coisas ambiciosas

uma vez que têm que haver o consenso de mais de 190 países. Há sempre o temor de se ter o menor denominador comum. A sociedade civil vai ficar observando os líderes mundiais e dizendo a eles "você podem ser mais ambiciosos."

Valor: O senhor diz que, nas negociações internacionais, o confronto Norte-Sul que se verificava passa a ser mais pressão sobre os emergentes. É assim?

Lago: No momento em que há uma tal crise nos países mais ricos do mundo, e eles observam China, Índia e Brasil crescendo entrando na lista das maiores economias do mundo, há uma tendência natural dos países ricos de tentar dividir algumas das suas responsabilidades, sobretudo financeiras, com esses países que parecem estar ricos. Tem uma tendência dos países ricos em achar que os emergentes deveriam fazer mais.

Isso é uma deturpação. Apesar de Brasil, China e Índia terem conseguido grandes progressos recentes, são ainda países em desenvolvimento. Nenhum de nós está dizendo que já é desenvolvido. Temos plena consciência de que temos imensa dívida social e muito o que fazer para nos considerarmos desenvolvidos. Estamos tratando com sociedades que têm um nível de qualidade de vida para as suas populações infinitamente superior do que o que Brasil, China e Índia podem oferecer para a maioria da sua população.

Valor: Essa pressão também ocorre nas negociações da Rio+20?

Lago: Na Rio+20 há uma grande diferença entre o que Brasil, China e Índia consideram que é o maior papel para eles no mundo atual e o que os países ricos consideram que é o maior papel para nós no mundo a partir de agora.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR | EDITORIA | |
| | TÍTULO Medidas de ajuste poupam mais os <u>Ministérios</u> focados em infraestrutura | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Por Tainara Machado e Sergio Lamucci | De São Paulo

O governo repetiu, em 2011, um volume de contingenciamento de despesas discricionárias semelhante ao anunciado no começo de 2011: foram R\$ 36,2 bilhões há um ano e R\$ 35 bilhões ontem. A parte que coube a cada Ministério, contudo, foi muito diferente. Neste ano, às áreas ligadas aos projetos de infraestrutura, como Cidades e Transportes, foram mais poupadas, refletindo a preocupação com o aumento do investimento. Por outro lado, em algumas pastas da área social, o volume de cortes foi maior do que o anunciado no ano passado, em valor e percentualmente, embora isso não represente, na maioria dos casos, redução de gastos nesses programas.

Responsável pela execução do programa Minha Casa, Minha Vida, o corte para o Ministério das Cidades, por exemplo, foi de R\$ 8,6 bilhões em 2011, uma redução de 41,6% em relação ao que estava previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) daquele ano. Em 2012, o corte para a pasta foi de R\$ 3,3 bilhões, redução de 16% em relação ao Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

Do outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pelas transferências de renda do governo, havia sido quase que integralmente poupado do corte orçamentário do ano passado, com redução de apenas R\$ 22 milhões no limite de empenho. Em 2012, o contingenciamento para o Ministério foi maior, de R\$ 931 milhões, apesar do empenho para o programa Brasil sem Miséria ter aumentado 36,6% entre 2011 e 2012.

Para Bráulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores, há de fato um esforço por parte do governo para preservar o investimento e impedir a repetição do ano passado. Entre 2010 e 2011, a proporção entre investimento e PIB caiu de 1,2% para 1%. Como indício desse esforço, Borges cita o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), integralmente poupado do corte, com limite de empenho de R\$ 42,6 bilhões em 2012, 20,5% a mais do que o empenhado em 2011.

Para Borges, a redução de despesas anunciada pelo governo - em um total de R\$ 55 bilhões - ficou dentro do

intervalo calculado pela LCA como necessário para o cumprimento da meta cheia do superávit primário, de R\$ 139,8 bilhões. A LCA, que estimava economia para pagamento de juros de 2,7% do PIB em 2012, irá revisar para 3% do PIB. Esse percentual, diz Borges, abre espaço para que o Banco Central reduza os juros e dê continuidade a um alinhamento maior entre o BC e o Ministério da Fazenda.

Felipe Salto, economista da Tendências Consultoria, vê com mais ceticismo tanto o corte apresentado quanto a perspectiva para o investimento. Salto argumenta que o contingenciamento é positivo porque sinaliza disposição do governo em cumprir o superávit primário cheio, mas prefere não rever sua projeção 2,6% do PIB até que seja possível observar a execução orçamentária do governo.

"Uma parte significativa do corte deve atingir emendas de parlamentares e o custo político disso é alto. Além disso, gastos com pessoal podem prejudicar essa programação." O contingenciamento de despesas discricionárias, diz, deve atingir investimentos, mais fáceis de cortar. "Há dúvidas de que as condições macroeconômicas e fiscais permitirão aumentar o nível de investimento em relação ao PIB neste ano, que deve ficar em 1,1%, a não ser que o superávit primário seja sacrificado."

O especialista em contas públicas Mansueto Almeida considera que o bloqueio das despesas discricionárias, de R\$ 35 bilhões, pode ser alcançado, embora a maior parte dos cortes deva recair novamente sobre os investimentos. Isso não quer dizer, contudo, que o governo vá investir menos do que os R\$ 47,5 bilhões de 2011. "O orçamento deste ano prevê investimentos de R\$ 81 bilhões, e há mais R\$ 57 bilhões de restos a pagar de exercícios fiscais anteriores." Ele não acredita, porém, numa explosão do investimento - para acelerá-los, Almeida aposta que o governo vai intensificar as concessões.

Almeida considera que o contingenciamento não garante o cumprimento da meta, mas a liberdade para mexer em algumas despesas e a capacidade de levantar receitas extraordinárias podem levar a isso. Ele diz que governo tem espaço para segurar alguns gastos, empurrando-as de um ano para o outro. Segundo Almeida, a conta de subvenções

econômicas, que inclui subsídios do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e do Minha Casa, Minha Vida, sugere que essa prática tem sido adotada. Em janeiro deste ano, houve o pagamento de R\$ 4,3 bilhões nessa rubrica, referentes aos chamados restos a pagar não processados (despesas de exercícios fiscais anteriores já empenhadas, mas em que o gasto ainda não foi liquidado). Em janeiro de 2011, foram R\$ 2 bilhões, e em janeiro de 2010, apenas R\$ 233 milhões.

É por conta disso que ele considera possível o governo cumprir o corte de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 5,4 bilhões nos subsídios. Almeida duvida, porém, das promessas de redução de R\$ 7,7 bilhões nos benefícios previdenciários, num ano em que o salário mínimo, que tem forte impacto sobre os gastos da Previdência, subiu 14%.

O economista Marcos Fantinatti, da MCM Consultores Associados, manteve a estimativa de um superávit primário de 2,6% do **PIB** neste ano. Para ele, o contingenciamento de R\$

20,5 bilhões nas despesas obrigatórias é pouco crível. Fantinatti lembra que, em 2011, o governo se comprometeu a reduzir os benefícios previdenciários em R\$ 2 bilhões, mas eles ficaram R\$ 3 bilhões acima do previsto. No caso do abono e do seguro-desemprego, a promessa era de um corte de R\$ 3 bilhões; na realidade, houve um aumento de R\$ 4,5 bilhões.

Fantinatti considera factível o corte de R\$ 35 bilhões das despesas discricionárias, mas ele é insuficiente para que a meta de 3,1% do **PIB** seja atingida. Ele vê receitas crescendo um pouco menos neste ano, por causa dos efeitos defasados da desaceleração da atividade sobre a arrecadação, e acredita que haverá um aumento significativo dos investimentos. Com isso, parece pouco provável chegar à meta, reitera Fantinatti.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR | EDITORIA | |
| | TÍTULO Governo quer que pequenas empresas consigam "selo ético" para exportar | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Por Juliano Basile | De Brasília

O governo quer incentivar as pequenas e médias empresas exportadoras a adotar um selo de boa governança e padrões éticos no mercado. O objetivo é prepará-las para vender para países em que há leis de combate à corrupção corporativa. "As empresas brasileiras devem estar preparadas para atender o que prevê a legislação nos países em que elas atuam", disse a diretora de Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), Vânia Vieira.

Segundo ela, há um descompasso legislativo quanto ao tratamento contra a corrupção para as empresas no Brasil e no exterior. No Brasil, não há uma legislação específica para punir diretamente as empresas com multas por eventuais subornos de seus funcionários a órgãos públicos. Nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Chile, essa prática é coibida com penas equivalentes a dezenas de milhões de dólares. "As leis nesses países são muito rigorosas com a corrupção e uma empresa brasileira que atua nesses mercados se sujeita às legislações locais", avaliou.

Desde que o selo ético foi criado, em 2010, mais de 50 empresas pediram para ter o atestado de boas práticas no mercado. Mas apenas oito companhias conseguiram o benefício. São: AES Sul, EDP Energias do Brasil, AES Tiete, Johnson Controls Building Efficiency, AES Eletropaulo, CPFL Energia, Infraero e Siemens.

Dessas oito empresas, cinco são companhias de energia. Essa maioria não partiu de nenhuma orientação da CGU e sim um acaso do mercado. Como a primeira companhia a obter o selo foi a AES Sul outras empresas do setor também buscaram ter o mesmo reconhecimento.

"Nós não conseguimos identificar uma razão específica para essa preferência das empresas do setor de energia", admitiu Vânia. Mas o fato de serem de um setor que é regulado desde os anos 1990 e com tradição no mercado aberto pode ter peso nesse sentido. "Todas estão na Bolsa de Valores e, portanto, adotam padrões de responsabilidade corporativa", avaliou a diretora. O prazo para as empresas conseguirem o selo termina no dia 12 de março.

A CGU tem uma parceria com a Apex para incentivar as exportadoras a requisitarem o selo. Mas, receber o atestado ético não é uma tarefa fácil. Para obtê-lo, a empresa precisa responder a 65 perguntas sobre a implementação de medidas de integridade e anticorrupção. Não basta apenas uma carta de boas intenções. A empresa tem que encaminhar informações e documentos mostrando que cumpre os requisitos questionados pela CGU.

Exige-se, por exemplo, que a empresa faça investimentos em várias medidas de transparência, como a criação de um canal para recebimento de denúncias de seus funcionários, a divulgação das contribuições que faz para campanhas políticas, a publicação de relatórios periódicos e de manuais de prevenção de conflitos de interesse com o setor público.

As empresas devem obter uma resposta satisfatória em 29 questões, que são consideradas medidas de adoção obrigatória. Nas demais 36 questões, a empresa deve cumprir as metas em 18 itens. Essas são as medidas consideradas desejáveis, como, por exemplo, a realização de um curso específico para treinar funcionários em medidas anticorrupção, ou a implementação de uma política de prevenção e gerenciamento de casos de fraude. Ou seja, das 65 perguntas, a CGU exige que a empresa tenha resposta satisfatória em pelo menos 47. Tudo isso para obter uma vantagem de imagem.

O selo ainda não traz consequências práticas diretas às empresas. Hoje, elas obtêm apenas a divulgação de que conseguiram um atestado ético. Mas, se for aprovado o projeto de lei que está no Congresso e cria novas punições às empresas que se envolvem em casos de corrupção, o selo vai dar às companhias um ponto a mais nas licitações públicas. Com isso, ser ético vai pesar diretamente no bolso e a lista que, hoje, está com pouco mais de 50 pedidos, deve aumentar bastante.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP | EDITORIA | |
| | TÍTULO Governo corta R\$ 55 bi, extermina emendas,mas tenta preservar PAC | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Os ministros **Guido Mantega** e **Miriam Belchior** anunciaram um contingenciamento que não poupou nem a área social e muito menos as emendas parlamentares. O corte, que excluiu os investimentos no PAC, tenta garantir a meta do superávit primário.

Investimentos fora do PAC e do Minha Casa são bloqueados

Como ocorre historicamente, governo contingenciou recursos e projetos tocados por vários Ministérios

Simone Cavalcanti

Para conseguir fazer o bloqueio de R\$ 55,01 bilhões dos recursos orçamentários anunciados ontem, o governo não fugiu à regra do que ocorre historicamente: teve de sacrificar uma parcela dos investimentos públicos vinculados a projetos tocados pelos Ministérios.

De um total de R\$ 80,64 bilhões previstos na Lei Orçamentária, a tesoura foi passada em R\$ 25,57 bilhões.

Já em relação ao custeio, considerada a despesa ruim que está vinculada à manutenção da máquina pública, o corte foi mais brando: os gastos orçados em R\$ 165,46 bilhões passaram para R\$ 156,03 bilhões - ou seja, R\$ 9,44 bilhões a menos.

Segundo a secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, a totalidade das emendas parlamentares (R\$ 20,3 bilhões), principalmente as vinculadas aos investimentos ministeriais, foi cortada e voltou-se praticamente aos gastos previstos no projeto de lei que o Executivo enviou ao Congresso em agosto de 2011. "Cortamos até mais um pouco do que o projeto.", diz.

De fato, a previsão de despesas obrigatórias foi reduzida em R\$ 20,5 bilhões.

Foram reduzidas expectativas de gastos com subsídios, benefícios previdenciários, despesas do Banco Central e doações e convênios.

Além disso, foi retirado da programação os recursos que iriam para a complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de funcionários celetistas do

Governo Federal (R\$ 2,9 bilhões) e os repasses aos fundos da Amazônia e do Nordeste (R\$ 1,65 bilhão).

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, explicou que o bloqueio de R\$ 7,7 bilhões para os benefícios pagos à Previdência foi decidido por causa das boas perspectivas para a trajetória do déficit. O governo calcula que o resultado previdenciário negativo fique em 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**), igual ao nível apurado em 2011. "Os benefícios devem se reduzir como proporção do **PIB** porque o gasto da previdência tem crescido menos do que a atividade econômica", disse a ministra.

No entanto, segundo Célia Corrêa, essa conta não considera a criação do Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais (Funpresp) que, se aprovado esse ano pelo Congresso como quer o governo, vai elevar o déficit em um primeiro momento, não reduzi-lo. "Mas ao longo do ano vamos fazendo os ajustes necessários na programação orçamentária", lembrou a ministra.

Miriam Belchior ressaltou que será republicado um decreto mantendo a contenção para os gastos de diárias, reformas e compra de imóveis, máquinas e equipamentos com a qual o governo conseguiu economizar R\$ 2,2 bilhões no ano passado. "Vamos mudar os procedimentos para garantir que esse tipo de gasto não aumente."

Crescer e crescer

Conforme o prometido, o governo livrou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida do bloqueio orçamentário. Os dois têm, juntos, R\$ 42,5 bilhões livres para aplicações neste ano. "Esse orçamento privilegia o investimento, que é a locomotiva do crescimento do **Brasil** e fomenta o investimento privado", afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para quem, mesmo com o valor contingenciado será possível ao governo impulsionar a atividade econômica a ponto de fazer o **PIB** expandir 4,5% neste ano - o que inclui mais desonerações tributárias.

Mantega reafirmou ainda o compromisso do governo com o programa de consolidação fiscal iniciado em 2001 com o objetivo de reduzir a dívida pública brasileira em relação ao **PIB**.

A perspectiva é que, ao conseguir cumprir a meta de superávit primário neste ano, essa relação caia de 36,5% para 35,3%.

R\$ 10,7 BI A MENOS

Cortes em Saúde, Educação e Cidades se deve a emendas Juntos, os **Ministérios** da Saúde, da Educação e das Cidades vão sofrer bloqueio de R\$ 10,73 bilhões no orçamento deste ano.

Segundo a secretária Orçamento Federal, Célia Corrêa, esse valor corresponde integralmente às emendas parlamentares que foram integradas ao projeto de lei durante as discussões no Congresso. “Do que havíamos planejado no projeto de Lei, Saúde e Educação estão poupados”, garantiu ela.

A Lei Orçamentária foi aprovada com R\$ 77,58 bilhões para a pasta da Saúde.

Pelo contingenciamento anunciado ontem, poderá dispor ao longo deste ano de R\$ 72,11 bilhões.

Na Educação, a previsão legal é de R\$ 35,29 bilhões, mas com o bloqueio, cai para R\$ 33,36 bilhões.

Já o **Ministério** das Cidades, responsável pelo programa Minha Casa, Minha Vida, viu sua possibilidade de empenho de gastos cair de R\$ 20,78 bilhões para R\$ 17,46 bilhões.

A secretária explicou que o programa, que receberá R\$ 11 bilhões no orçamento, não será prejudicado porque está fora das contenções.

OPOSIÇÃO

Senadores criticam contingenciamento

Os cortes no Orçamento foram criticados por senadores opositores e os chamados “independentes”, aqueles que pertencem a partidos da base aliada, mas se dizem críticos ao governo.

O senador Pedro Taques (PDT-MT), por exemplo, definiu a peça orçamentária aprovada no fim do ano passado como uma “obra de ficção”.

Segundo ele, o ideal seria que o Congresso Nacional definisse de maneira obrigatória como os gastos e cortes devem ser feitos. “Nós temos que ter um Orçamento que seja impositivo, que leve em conta a necessidade de determinadas áreas como Saúde, Segurança e Educação, para evitar esse tipo de contingenciamento”, disse.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) demonstrou preocupação com o excesso de gastos públicos em áreas não estruturais e com os cortes em setores essenciais como a Educação. “A economia está bem, mas vai mal”, disse Cristovam. “O governo está fazendo esse contingenciamento com a alegação de que haverá uma queda na receita. E haverá mesmo. Mas isso é a prova de que as coisas não vão bem. O governo tem que dizer isso com clareza para evitar que um dia a gente acorde como a Grécia (país europeu que passa por grave crise econômica)”, acrescentou.

O líder do principal partido de oposição, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), acusou o governo de desorganização. Ele lembrou que no ano passado foram anunciados cortes de R\$ 50 bilhões, mas no fim só foi necessário contingenciar R\$ 30 bilhões.

DESONERAÇÕES

Novas isenções fiscais devem ser concedidas para estimular o crescimento econômico

Fazenda pode estender desonerações da folha de pagamentos

O processo de reativação da economia brasileira deve receber um componente a mais do governo além dos investimentos: desonerações tributárias setoriais.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o espaço fiscal para a concessão de mais benefícios tributários está garantido a despeito do bloqueio de R\$ 55 bilhões no volume de gastos anunciado ontem. “Está prevista, sim, alguma redução tributária ao longo de 2012”, disse Mantega, afirmando que não revelaria quais. Mas deu um exemplo que pode animar alguns setores. Segundo ele, segue nos planos do governo o projeto para estender a desoneração da folha de pagamentos. Atualmente o sistema funciona para setores como confecções, softwares e calçados. Mantega já recebeu pedido para alterar o modelo para confecções, pois o setor é heterogêneo e algumas empresas têm mais empregados que outras. “Deveremos dar continuidade a essa expansão, reduzindo o custo para **produção** de manufaturados”, afirmou o ministro.

No ano passado, dentro do Plano **Brasil** Maior, o governo isentou a contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que era de 20% sobre a folha de salário dos empregados.

Para compensar perdas para a Previdência Social, as empresas beneficiárias passaram a pagar um pouco a mais na tributação sobre o faturamento.

Mercado vê excesso na economia de gastos obrigatórios

Analistas ouvidos pelo **Brasil** ECONÔMICO apontam para a necessidade de maior aperto nas despesas discricionárias para compensar os cortes

Eva Rodrigues

O governo vai realmente gastar R\$ 20,5 bilhões a menos com as despesas obrigatórias em 2012?

Analistas ouvidos pelo **Brasil** ECONÔMICO veem exagero na dose e apontam a necessidade de se avaliar a questão legal caso a estimativa de economia nos gastos orçamentários obrigatórios não se concretize. “O corte parece muito grande em relação a essas despesas, o que gera dúvidas em sobre os aspectos legais”, diz o economista-chefe do Espírito Santo Investment Bank, Jankiel Santos.

A se considerar que despesas obrigatórias estão previstas na Constituição - como Saúde e Educação, por exemplo, - e não podem simplesmente ser cortadas, o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, observa que caso a projeção do governo tenha sido subestimada a alternativa serão novos cortes nas despesas. “A Lei de Responsabilidade Fiscal deixa claro que uma despesa obrigatória precisa ter comprovado o seu impacto no orçamento financeiro de forma que não afete as metas de resultados fiscais. Ou seja, se o governo ultrapassar os gastos

obrigatórios previstos terá que necessariamente cortar mais nas despesas discricionárias”, diz.

A reprogramação do Orçamento ficou dentro das expectativas de Jankiel Santos tanto pelo lado das despesas como das receitas “que trouxeram uma queda mais realista do que estava no Projeto do Orçamento”. Ele lembra, no entanto, que ao longo do ano passado alguns gastos foram descongelados porque as receitas surpreenderam positivamente. “Agora, o governo está iniciando o ano com um compromisso forte. A questão é se vai realmente cumprir e, no caso de cumprir, precisamos ver se será por corte de gastos ou simplesmente porque as receitas virão melhores”, pondera. “O corte foi bom no sentido de que veio em linha com o que se esperava, é compatível com o cumprimento da meta cheia do superávit primário (de 3,1% do **PIB**) e está condizente com o discurso e o cenário traçado pelo Banco Central”, analisa o economista-chefe do Crédito Agricole do Brasil, Vladimir Caramaschi.

Em relatório, o economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho, avalia que o ajuste fiscal proposto é positivo no cenário de redução da taxa de juros e do atual contexto decrescente da relação entre dívida e **PIB**. “Ao contrário de 2010 e 2011, estamos em rota decrescente da taxa média de juros e, dessa forma, o superávit primário requerido para manter a trajetória de queda da relação dívida pública e **PIB** torna-se mais reduzido.”

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO CORREA NETO | EDITORIA | |
| | TÍTULO SUFRAMA discute Plano Nacional da Cultura Exportadora com Estados da Amazônia Ocidental | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Representantes dos Estados de Roraima, Rondônia e Amazonas relacionados ao Comércio Exterior estiveram presentes na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), nesta terça-feira (14), para uma apresentação das ações da autarquia dentro do Plano Nacional da Cultura Exportadora (2012-2015).

Iniciativa do **Governo Federal**, por meio do **Ministério do Desenvolvimento**, Indústria e Comercio Exterior (**MDIC**), o plano foi criado em abril de 2011 com o objetivo de desenvolver e difundir a cultura **exportadora** nos Estados, por meio de várias ações, já desenvolvidas pelos órgãos de governo e ou iniciativas privadas – a exemplo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – dentre elas, a capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais de **comércio** exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base **exportadora** do país.

A **SUFRAMA** é uma das 14 entidades nacionais envolvidas na elaboração e execução do plano. “Reunimos os representantes dos Estados da área de abrangência da autarquia – infelizmente a participação de Acre e Amapá não foi possível – para que possamos estreitar o relacionamento na execução dessas ações”, explicou a coordenadora geral de **Comércio** Exterior da **SUFRAMA**, Gracilene Belota.

Durante a reunião, os técnicos da **SUFRAMA** apresentaram as ações que já são desenvolvidas dentro do planejamento estratégico da autarquia e que estão inseridas nas ações macro do plano nacional, para análise e discussão junto aos Estados. “A apresentação é **importante** para somar esforços no **desenvolvimento** do trabalho e também evitar a duplicidade de ações no momento em que os Estados enviarem seus planejamentos individuais”, apontou Belota.

No dia 02 de março será realizada mais uma reunião sobre o plano em Brasília onde as entidades nacionais apresentarão o resultado das discussões, para então dar início à execução das ações do plano, a partir do mês de abril.